



A SEGREGAÇÃO TECNOLÓGICA E A CIDADE: TRAÇOS DE UMA CONTEMPORANEIDADE CADA VEZ MAIS EXCLUDENTE

Felipe Perdigão Barbosa¹

RESUMO

Refletir sobre a dinâmica de produção do espaço na contemporaneidade é essencial. Ainda mais se levarmos em consideração todas as inovações presentes na sociedade, que por sua vez, acabam projetando novas dinâmicas produtivas. Assim, pensar a gestão urbana e o planejamento urbano só faz sentido se este pautar uma forte luta contra a indignidade humana. A tecnologia deve ser um ponto importante para buscar a democratização, que por sua vez vai ao encontro de uma vida urbana digna e renovada. Hoje, infelizmente, muitos indivíduos experimentam uma forte potencialização da segregação tecnológica. Projetar um futuro outro é essencial. Assim, ao considerar nosso objetivo, que consiste em apresentar os processos que se desenham no espaço, mediados por diferentes tecnologias e que, por sua vez, impulsionam a segregação tecnológica nos centros urbanos, abrimos caminhos para a efetivação de um planejamento urbano que seja realmente calcado nas necessidades dos indivíduos.

Palavras-Chave: segregação tecnológica, indignidade, planejamento urbano, produção do espaço e tecnologia.

RESUMEN

Reflexionar sobre la dinámica de producción del espacio contemporáneo es fundamental. Más aún si tenemos en cuenta todas las innovaciones presentes en la sociedad, que a su vez acaban proyectando nuevas dinámicas productivas. Por lo tanto, pensar en la gestión urbana y la planificación urbana solo tiene sentido si orienta una lucha fuerte contra la indignidad humana. La tecnología debe ser un punto importante para perseguir la democratización, que a su vez conduce a una vida urbana renovada y digna. Hoy, lamentablemente, muchas personas experimentan una fuerte potencialización de la segregación tecnológica. Diseñar un futuro otro es fundamental.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: felipegeomorfologo@gmail.com.



Así, al considerar nuestro objetivo, que es presentar los procesos que tienen lugar en el espacio, mediatizados por diferentes tecnologías y que, a su vez, impulsan la segregación tecnológica en los centros urbanos, abrimos caminos para la realización de un urbanismo que realmente se base sobre las necesidades de las personas.

Palabras Clave: Segregación tecnológica, indignidad, planificación urbana, producción espacial y tecnología.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, a partir de toda a sua complexidade evidenciada por uma forte loucura da razão econômica² apresenta desafios significativos à existência humana. Assim, ao considerar a dinâmica insustentável do capital e o cenário caótico no qual vivemos, torna-se fundamental traçar estratégias que apontem para outras formas de existência humana. Se nossa cotidianidade é geralmente tida como campo de exploração, cabe a nós considerá-la também como forma de subversão do que está posto. Desta feita, transer ao individualismo em direção ao comunitarismo é essencial.

Ao debruçarmos nosso olhar para a história, perceberemos que o caminho até aqui percorrido, sobretudo em metrópoles periféricas como as brasileiras, nos levou a diversas formas de insustentabilidade que afetam obviamente a todos. De certo, os mais expropriados sofrem indignidades insuportáveis, transformando a luta pela sobrevivência em um grande mote para suas existências e resistências. As mazelas historicamente e hierarquicamente produzidas pelo capitalismo, afiguram-se como um mal-estar generalizado, que invade todas as esferas da vida cotidiana.

Entre tantos desalentos, a segregação espacial é uma triste realidade que assombra as cidades brasileiras. Escancarada nas metrópoles, observa-se que em meio a tantas formas de exclusão, uma massa de despossuídos luta literalmente por espaço, na verdade, pelo direito de produzir o espaço. Tal luta, que se emaranha na política urbana brasileira desde a sua constituição na década de 1980 do século passado, pautada em reivindicações legítimas como as lutas pela habitação por exemplo, escamoteia toda a perversidade do que há por vir. Por mais legítima que seja a luta por moradia, torna-se fundante que nossos apelos se dêem pela efetivação de uma sociedade outra, que tenha

² Aqui fazemos menção ao trabalho de David Harvey, intitulado *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no século XXI*, publicado em 2018 pela editora Boitempo.



como fundamento a equidade e não a desigualdade.

Considerando todas as mudanças tecnológicas protagonizadas pela dita “revolução 4.0”, muitas atrocidades já se fazem, e se farão ainda mais visíveis no espaço urbano. Dentre elas, um conjunto de sujeitos, fruto do desemprego estrutural, ocupando espaços cada vez mais caóticos, onde de certa maneira, tornar-se-ão irrelevantes para o sistema produtivo local e global. Nunca foi tão urgente pensar e planejar para além do capital, pois o cenário que se avizinha é de fato calcado em distopias, humilhações e indignidades.

A pandemia da COVID-19 evidenciou o que aqui apresentamos. Uma série de brasileiros, residentes tanto em grandes metrópoles quanto em cidades médias e pequenas, experimentaram uma forte distopia social ao longo dos processos de isolamento. Muitos “nativos digitais” puderam se isolar e cumprir as regras de distanciamento social. Outros tantos, que na verdade consistem na maior parcela da população brasileira, tiveram que se expor a riscos incomensuráveis por não possuírem acesso à rede, ou então, fazerem uso de um serviço precário. É claro, que diante o contexto apresentado, percebe-se que está em curso uma forte potencialização da segregação tecnológica, que possibilita, por sua vez, o aumento das formas de exclusão social já existentes em nosso país.

Assim, entre tantos desafios do por vir, há a clara necessidade de se repensar a lógica de desenvolvimento de nossas cidades. Dessa maneira, reflexões sobre novas formas de efetivação do direito à cidade devem perpassar por diálogos entre o planejamento urbano e o desenvolvimento tecnológico. Lefebvre (2011), já nos convidava a estabelecer um diálogo diferente com o urbano, sobretudo a partir da busca de uma vida urbana renovada. De fato, a busca por um outro relacionamento social é essencial para que recolhamos os fragmentos³ do urbano em prol da construção de novas formas de planejamento, que realmente caminhem por outras lógicas de produção espacial. Lógicas estas que vão na contramão dos pressupostos capitalistas.

Assim, para a definição de uma outra lógica de planejamento, torna-se essencial a criação de outras formas de participação social. Dessa maneira é preciso transpor a

³ Fazemos menção ao texto de Ferreira e Gamaliel (2008) que apresentam o caráter desarticulado do planejamento urbano. As autoras em menção defendem ainda que o planejamento urbano é uma ordem em fragmentos.



política urbana em direção a fundamentação do político. Nesse sentido, Pogrebinski (2009) afirma que a construção do político se ampara na verdadeira democracia, ou seja, na fortificação da comunidade. Assim, pensar o comum e sua relação com o urbano precisa estar no horizonte do planejamento.

Diante do que foi exposto até então, torna-se evidente que para escapar da triste realidade que nos aguarda, não basta estabelecermos lutas por formas compensatórias de renda (por mais que sejam necessárias a primeiro plano) defendidas por muitos magnatas da tecnologia. É preciso estabelecer um tipo de urbanismo outro, onde as ideias estejam efetivamente ancoradas nas necessidades locais, e não fora delas, como nos demonstra Ermínia Maricato (2013).

Desse modo, diante as considerações apresentadas, o objetivo central do trabalho aqui apresentado, consiste em apresentar os processos que se desenham no espaço, mediados por diferentes tecnologias e que, por sua vez, impulsionam a segregação tecnológica nos centros urbanos⁴. Como pano de fundo, há ainda a necessidade de se pensar os impactos desse processo ao longo dos próximos anos, bem como este, potencializará o aumento da desigualdade em nosso país, culminando em uma produção espacial cada vez mais desigual.

A importância e relevância do tema se dá a partir da urgência da pesquisa em si, tendo em vista a importância da reflexão sobre outras formas de gestão urbana que tenham no horizonte a relação entre o ciberespaço e o espaço. Assim, ao considerar novas formas de gestão e planejamento urbano, que transcendam a indignidade e mirem a produção mais justa do espaço.

Por fim, lançamos mão do trabalho de Ferreira (2021), que ao postular sobre a cidade que queremos, defende ser de extrema urgência estabelecer nexos aglutinadores junto a outras narrativas, científicas e populares, para a análise do urbano contemporâneo e todas as suas especificidades.

METODOLOGIA

⁴ Optamos aqui, metodologicamente, por não utilizar um estudo de caso específico. Tal escolha se motivou pelo fato de entendermos que a segregação tecnológica está presente no espaço de várias metrópoles e cidades médias. Obviamente entendemos que os processos acontecem de formas distintas em diferentes lugares. Contudo, estão presentes com suas múltiplas faces em diferentes contextos.



O procedimento metodológico utilizado na construção deste trabalho pautou-se na análise bibliográfica sobre o tema e demais investigações que se fizeram necessárias ao longo de todo o percurso trilhado na elaboração deste estudo. Assim, com vistas à uma dinâmica de pesquisa exploratória, foram consultadas obras de diversas naturezas e enfoques, como pode ser observado nas referências bibliográficas deste estudo. O intuito do estudo bibliográfico exploratório foi justamente o de fortalecer teoricamente as discussões aqui construídas a fim de legitimar nosso ponto de vista.

Quanto ao método utilizado na pesquisa, fizemos a opção de lançarmos mão da proposta defendida por Ferreira (2019), quando o mesmo nos apresenta uma tríade analítica poderosa, pautada na construção dos conceitos de materialização, substrução e projeção. Dessa maneira, acreditamos que o método aqui escolhido é essencial à nossa proposta de pesquisa, pois se adequa à uma análise que não perpassa apenas ao agora, mas também às nuances do passado e as perspectivas do futuro.

Ainda em relação ao método apresentado acima, vale ressaltar que na concepção do autor supracitado a substrução seria na verdade o substrato que deu origem à materialização das formas e processos espaciais que se apresentam no agora. Assim, ao defender tal hipótese há obviamente a constatação dos vários projetos de sociedade que substanciam a produção do espaço. Obviamente, ao considerar os dizeres acima, entende-se que a materialização seria a análise do que está posto, ou seja, do que nos é visível na contemporaneidade. Entretanto, a potência do método aqui abordado se dá, ao menos aos nossos olhos, na possibilidade de imaginar e projetar outro futuro. Assim, ao trabalhar a ideia de projeção, Ferreira (2019) abre portas para o possível, ilustrando dessa maneira a possibilidade de efetivação de outros projetos de sociedade, fundados obviamente na luta contra a indignidade humana.

Por fim, ratifica-se que toda a construção deste trabalho deu-se a partir da análise do real e suas especificidades. No entanto, ao analisar os processos materializados no espaço, abrimos caminho para postular sobre a insustentabilidade do real e a possibilidade de efetivação de uma vida urbana renovada. Dessa maneira, ao pensar outros usos para a tecnologia, temos em conta a análise de possíveis projetos que caminham em direção à comunidade, ao senso de efetivação do comum, para quiçá, se



torne possível a tessitura de novas dinâmicas que possibilitem um mundo mais justo, onde a gestão urbana seja mais equitativa e que realmente faça sentido no cotidiano dos sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender as nuances da contemporaneidade envolvidas na produção do espaço é de fato um exercício teórico e analítico complexo. Para tanto, faz-se necessário lançar mão de um aporte teórico e metodológico que fundamente a pesquisa a partir do presente, contudo, sem deixar de considerar a história e as projeções de futuro que se amparam na realidade. Dessa maneira, o aporte teórico do trabalho aqui apresentado funda-se na miríade de caminhos protagonizados pelo movimento do materialismo dialético. Portanto, pretende-se estabelecer aqui uma interlocução profícua com os aportes teóricos da dita Geografia Crítica.

Pensar a produção do espaço só faz sentido se nosso olhar estiver pautado não somente à teoria. Por mais que esta seja importante, faz-se necessário se ater aos caminhos abertos pela geografia da ação. Não basta elucidar os problemas do real. É preciso estabelecer diálogos que apontem para sua superação. Por tal caminho, levando-se em conta a *práxis* revolucionária, é preciso levar em conta a possibilidade de se estabelecer estratégias contínuas de subversão do *status quo*. Assim, ao considerar a revolução não como um ato, mas como processo, torna-se possível a abertura de caminhos para uma renovação de perspectivas, onde o cotidiano seja visto não apenas como o receptáculo da indignidade proveniente das explorações e alienações capitalistas, mas como oportunidade tácita para uma mudança significativa da realidade humana.

Mesmo incorrendo em forte utopia, defendemos a importância de olhar para além do que está posto. Para tanto, como já dissemos em outro momento, é de extrema urgência criar pontes que perpassam a análise das dinâmicas do urbano na contemporaneidade, sobretudo no que tange às novas formas de gestão das cidades que se farão necessárias a partir das revoluções tecnológicas que se avizinham. Ao nosso ver, a articulação com várias formas de pensar e fazer, abrem espaço para oportunidades



renovadas de planejamento urbano, que por sua vez, efetivem outros usos do espaço, ressignificando o urbano para além das segregações que se visualizam nos tecidos das cidades contemporâneas.

Ao longo da história humana experimentamos vários processos de inovação, que por sua vez, possibilitaram ao homem maiores oportunidades de transformação da natureza. Nesse sentido, por meio do trabalho, os seres humanos moldaram a natureza em diversos processos de produção do espaço. Santos (2004), em seu livro intitulado *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, já nos demonstrava a importância de analisarmos o papel da técnica na produção do espaço. Segundo o autor mencionado, a própria técnica é um meio importante para a produção do espaço.

Nesse sentido, ao considerar o papel da técnica na produção do espaço, torna-se essencial levar em conta a história, sobretudo no que tange aos impactos sociais provenientes das revoluções industriais. A construção do meio técnico-científico-informacional, como nos aponta Santos (2004), possibilitaram aos seres humanos uma gama infindável de condições tecnológicas para superar os limites físicos impostos pela natureza. Entretanto, a partir de um desenvolvimento desigual, o capitalismo promoveu também um forte desnivelamento de na difusão das técnicas e tecnologia globalmente. Além disso, há também de se considerar que a automação do trabalho fomentada por inovações incrementais (Taylorismo, Fordismo, Toyotismo, etc), potencializa a alienação que invade toda a vida cotidiana. Como apêndice da máquina, os seres humanos vêm sua existência limitada ao trabalho ritmado pela maquinaria.

Outro ponto que merece menção fator refere-se à constante substituição do trabalhador pelas máquinas em meio a inovações nos processos de produção. Na contemporaneidade, tal substituição se dará não somente pela automação dos processos, mas também e sobretudo, pelo desenvolvimento da inteligência artificial. Obviamente, se considerarmos o contexto mencionado, haverá um aumento significativo da desigualdade, que por sua vez, potencializará uma produção do espaço cada vez menos justa.

Dessa maneira, faz sentido nos atermos aos dizeres de Harari (2018), que por sua vez, é categórico ao dizer que a sociedade do século XXI estará sujeita à sensíveis e sistemáticas modificações estruturais, que se abaterão sobre a economia, cultural,



relações de trabalho, etc. Mesmo considerando que as transformações que se avizinham criarão novas oportunidades de desenvolvimento social e econômico, o autor referendado aponta que as oportunidades criadas não serão ofertadas a todo escopo populacional global. Desse modo, com a potencialização da desigualdade global, grande parte da sociedade experimentará fortes processos de exclusão social e espacial.

De fato os dizeres de Harari (2018) são de extrema relevância para a compreensão do futuro que nos aguarda. Diante o exposto, levando em conta ainda os pressupostos levantados pelo autor supracitado, muitas dessas mudanças irão suscitar adaptações cada vez mais profundas no mundo do trabalho, tendo em vista a automação de muitos processos de trabalho, além obviamente do desenvolvimento da Inteligência Artificial (I.A). A forte segregação tecnológica que se avizinha promoverá a inadequação de muitos indivíduos frente às possíveis oportunidades de empregos que lhes restarão (fato este visivelmente em várias partes do mundo). De certo este contexto potencializará a produção desigual do espaço, tendo em vista que estaríamos literalmente à beira de um futuro onde uma massa de cidadãos estariam vivendo à margem do sistema produtivo global. O que fazer para lutar contra as mazelas que nos esperam?

Evidentemente a pergunta acima não possui uma resposta simples e nem muito objetiva. Contudo, ao considerar toda a perversidade e indignidade que se apresenta à população, sobretudo a que habita cidades de países periféricos como o Brasil, torna-se essencial pensar em um relacionamento outro com o espaço, que efetive a democracia e a luta pelo direito de produzir a cidade, e por consequência, o espaço. Nesse sentido, a própria história nos demonstra que a lógica capitalista que engendra as relações humanas se estabelece a partir de uma necessidade crescente de lucro, onde a alienação atua na objetificação de tudo e todos.

Dessa maneira, o desenvolvimento de táticas e estratégias em busca da efetivação do direito à cidade torna-se fundamental. Aqui, faz-se imprescindível levar em conta em nossa análise o pensamento do filósofo Henri Lefebvre (2011), o qual defende e até mesmo afirma, que o direito à cidade não se resume apenas à luta por moradia moradia⁵ ou algo do gênero, e sim, a uma vida urbana renovada, ou seja, o

⁵ Ressalta-se que aqui não desmerecemos a importância da luta por moradia ou por outros serviços



direito de se produzir a cidade.

Através da análise teórica dos pressupostos emancipadores lefebvrianos, não é mais tolerável considerar possível. Isso já não nos cabe mais. É preciso tecer utopias que possam descortinar as ideologias cristalizadas no passado e caminhar em direção a outros projetos de sociedade. De fato, se a palavra de ordem é adaptação, nossa luta de momento é pela emancipação. É preciso transcender ao discurso e promover táticas de ação revolucionária que perpassem a autogestão e novas formas de planejamento urbano e econômico da sociedade. Isso só é possível a partir da efetivação do político e da comunidade, como defende Pogrebinski (2009).

Como pode-se notar, há cotidianamente a potencialização da segregação tecnológica a partir de uma crescente desigualdade técnica e tecnológica. De certo, o que experimentamos é um projeto que viabiliza a exclusão social. Esse é o substrato da vida cotidiana. Ainda caminhando por esse sentido, ao analisar o passado com vistas ao entendimento do futuro, entende-se que a segregação tecnológica já em curso, possibilitada a partir do incremento de sucessivas inovações, permitem não somente o desenvolvimento humano, mas sobretudo, a potencialização da alienação, cujos sintomas se verificam na produção desigual do espaço. Lançando mão de um clichê defende-se que a tecnologia não é boa ou ruim por si só. O que a torna perigosa é o uso que dela fazemos. Uso este que gira em torno de um único projeto conhecido pela sociedade capitalista, a produção de riqueza concentrada e desigualdade.

Contudo, precisamos lutar contra a mercadificação da vida promovida pelo uso intensivo das mídias sociais que tratam de exponenciar a sociedade do consumo. Debord (1997), ao trabalhar a sociedade do espetáculo e suas nuances, apresenta que o capitalismo subverteu as relações humanas, transformando os seres em meros consumidores. Ao estabelecer a sociedade do consumo, cria-se em contrapartida um espetáculo de produções simbólicas que caminham em direção à fortificação das alienações que invadem a vida cotidiana. Sobre o conceito de mercadificação, apresentamos o estudo de Ferreira (2011), o qual nos apresenta em seu livro intitulado *A*

básicos, como o próprio saneamento. Entretanto, para a efetivação da dignidade humana, torna-se essencial repensar a nossa existência a partir de uma vida urbana renovada. Dessa maneira, faz sentido se ater aos postulados de Lefebvre (2011), tendo em vista a construção de seu projeto emancipador de sociedade.



cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço, que transcende a fase da mercantilização do espaço em direção à mercadificação. Esta, por sua vez, engloba toda a existência humana e não apenas as relações de consumo e econômicas.

Estabelecer então novas visões de planejamento da cidade que perpassam a autogestão e o maior envolvimento comunitário, descortinam necessariamente outro projeto de sociedade, onde o espaço seja pensado e produzido democraticamente⁶. A ideia do político, defendida por Pogrebinschi (2009), nos conduz à análise da verdadeira democracia e sua importância para a produção mais justa do espaço. Ao nosso ver, a verdadeira democracia se alinha efetivamente ao conceito de direito à cidade defendido por Lefebvre (2011). Assim, a vida urbana renovada perpassa então a lógica de comunidade e não a ideia de sociedade capitalista, ferozmente defendida pelos agentes do capital.

Em um mundo guiado por inovações constantes torna-se urgente estabelecer a inclusão tecnológica de grande parte da população. Só assim poderemos viver e experimentar a sociedade em rede defendida por Castells (2006). Não há como defender tal ideia considerando que grande parte da população global experimenta o não acesso como sistema de ordem. Desse modo, ao analisarmos a dinâmica de desenvolvimento tecnológico proposta pelas gigantes da tecnologia, como o *Facebook*, caminhamos efetivamente para a construção de comunidades distópicas, marcadas por *fake news* e interesses escusos, que se manifestam a partir do fortalecimento da não informação.

Por fim, julga-se necessário enfatizar que o caminho para a superação do por vir passa necessariamente pelo estabelecimento de um processo revolucionário. Se assim não o for, diante da perspectiva da segregação tecnológica, vivenciaremos a potencialização dos espaços de exclusão e não a promoção da inclusão e da igualdade. Pensar a metrópole e viver na metrópole é um grande desafio! Desse modo, ao defender a efetivação do desenvolvimento tecnológico digno, defendemos a utopia de uma produção do espaço mais justa. Entendemos a utopia como um projeto de futuro que nos conduza a enfrentar as urgências cotidianas a partir de outros projetos de sociedade. O

⁶ Aqui não defendemos o conceito de democracia representativa. Na verdade, estamos mais de acordo com o pensamento de Pogrebinschi (2009) que ao apresentar uma análise contundente de Marx, defende a ideia da verdadeira democracia, que por sua vez, se estabelece a partir de associações de homens livres, sem mediações de qualquer natureza.



que seria de nós se não fosse a utopia?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O artigo que aqui se apresenta, se fundamenta a partir de uma reflexão muito cara à contemporaneidade. Ao nosso ver, o diálogo aqui apresentado, mesmo contendo uma revisão bibliográfica de cunho analítico e teórico, conduz a uma análise conjectural que se expressa em vários contextos e partes do mundo. Assim, nos furtamos de apresentar um estudo de caso específico, tendo em vista que este não daria conta de explicar a complexidade do tema.

Ao trabalhar o método analítico apresentado por Ferreira (2009), acreditamos estar contribuindo para a composição de um novo olhar sobre os processos de desigualdade que se expressam através de segregações de toda a sorte, inclusive a tecnológica. A relevância do estudo se objetifica ainda a partir da constatação dos efeitos globais da pandemia da COVID-19, que de certa maneira escancara a desigualdade tecnológica nas cidades brasileiras através da figura do não acesso à rede e dos inúmeros analfabetos digitais que se espalham pelo território nacional.

Ainda utilizando a pandemia como pano de fundo, destaca-se atenção especial ao papel desempenhado pelas mídias sociais e demais canais de comunicação digital, absorvidas como ferramentas de desinformação, fato esse que induz a inúmeras distopias sociais que, obviamente reverberam na produção do espaço, além de potencializar e muito os óbitos provenientes da infecção em massa do Coronavírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca foi nossa pretensão esgotar aqui discussão acerca do tema apresentado. Pelo contrário! Nosso objetivo foi claramente estruturado a partir da necessidade de se criar pontos de reflexão, viabilizando dessa maneira discussões sobre a relação existente entre tecnologia, segregação e produção do espaço. Tal diálogo se faz extremamente necessário na contemporaneidade, haja vista o incremento de inovações de maneira massiva em nossa cotidianidade.



Defende-se dessa maneira, para o maior entendimento do tema e enfrentamento dos dilemas sociais vinculados às análises aqui tecidas, o estabelecimento da articulação entre os vários saberes, com vistas a construção de nexos aglutinadores que possibilitem a tessitura de estratégias de mudança do *status quo*. Assim, torna-se possível construir pontes que nos levem a pensar sobre um futuro comum, permeado não por legislações desconexas à realidade, mas validado por iniciativas populares e inclusivas.

Refletir sobre o futuro é de extrema urgência, desde que caminhemos em direção às ações que suscitam inquietações no presente. Uma expressão que nos incomoda profundamente, que fora difundida ao longo de toda a pandemia da Covid-19, foi a de pensarmos o “novo normal”. Não consideramos normalidade o tempo que se passou antes da pandemia que assolou o mundo. Na verdade, consideramos toda a indignidade humana experimentada como uma anormalidade social produzida pelo sistema capitalista. Assim, não acreditamos que devemos caminhar para um “novo normal”, e sim à uma vida urbana renovada, pautada no senso de comunidade e autogestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERREIRA, Alvaro. **A cidade do século XXI: Segregação e Banalização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- _____. **A cidade que queremos**. Produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- _____. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, V.13, nº.1, p. 35-43, 2019.
- FERREIRA, T.M.A; GAMALIEL, B.S. Cidade e planejamento: uma ordem em fragmentos. **Espaço & Geografia**. Brasília, V.11, nº 2, p. 185-202, 2008.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século XXI**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**.



São Paulo: Boitempo, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 2011.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único? Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.